

Está confirmado: os presidentes das Câmaras querem todos ir para presidentes das assembleias municipais. Na Golegã, candidata-se o vice-presidente da Câmara a presidente, e este a presidente da Assembleia. No Entroncamento, a presidente da Assembleia candidata-se a presidente da Câmara e vice-versa. Em Torres Novas, o vice-presidente da Câmara está prestes a confirmar a sua candidatura a presidente da Câmara, apenas a candidatura de António Rodrigues ao órgão deliberativo ainda não foi anunciada, mas circula a notícia oficiosa. Vai, pois claro, ficar tudo como está. A tão apregoada renovação dos órgãos autárquicos, como diz Veiga Maltez na sua nota de anúncio da candidatura, supostamente veiculada na lei da limitação de mandatos que prometia arredar metade dos presidentes de Câmara portugueses em nome da destruição das suas clientelas e dos poderes instalados, está a transfigurar-se nisto. A ineficácia e a inutilidade de uma lei mal feita está comprovada, como, de resto, muitos afirmaram desde que o Cavaco Silva veio esclarecer que a lei não diz “de”, mas sim “da”, e assim ficou assente a sua inutilidade.

Também o primeiro-ministro veio esta semana dizer que vai ficar tudo na mesma, apesar de o tribunal constitucional ter declarado ilegais aspectos fulcrais do orçamento nacional... pelo segundo ano consecutivo. Na mesma não vai ficar, porque o governo queria que o TC fechasse os olhos à lei que cria a sua existência. Como não o fez, agora a vingança vai cair com toda a força em cima de nós. Passos Coelho, desprovido do seu asa, já disse as palavras: segurança social, saúde e educação.

Em ambos os casos falamos de intenções declaradas em fazer as coisas apesar da lei e do espírito que ela deveria transmitir. O que estas pessoas que estão no poder querem, é o que fazem, pura e simplesmente - não olham a meios. Já o dizia e fazia Miguel Relvas.